



Câmara Municipal de Lisboa

CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL - VISTORIA PARA COMPROVAÇÃO DO ESTADO

Documentos a entregar

- ☐ 1. Requerimento
- ☐ 2. Cópia dos seguintes documentos do requerente (em função da respetiva qualidade)
 - Pessoas singulares: documento de identificação
 - Sociedades: certidão da conservatória do registo comercial emitida há menos de um ano ou código de acesso à certidão permanente; documento de identificação do(s) representante(s) legal(is)
 - Associações ou Fundações: estatutos; ata de eleição dos corpos diretivos; documento de identificação do(s) representante(s) legal(is)
 - Condomínios: cartão de contribuinte do condomínio; ata de eleição do(s) administrador(es); documento de identificação do(s) administrador(es)
 - Mandatários: procuração ou outro documento que confira a representação; documento de identificação do mandatário

Os documentos devem ser numerados e organizados pela ordem indicada

No ato de apresentação deste pedido são devidas taxas instrutórias (Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas).



Câmara Municipal de Lisboa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Conservação de imóvel - vistoria para
comprovação do estado

Identificação do requerente

Nome _____
Morada _____ Código Postal _____ - _____
Localidade _____
Doc.de identificação n.º _____ NIF / NIPC _____ Telefone _____
Telemóvel _____ E-mail _____
Código de acesso à certidão do registo comercial _____
Código de acesso à certidão do registo predial _____
Na qualidade de ☐ Proprietário ☐ Arrendatário ☐ Outro _____

Vem requerer

A comprovação do estado de conservação do local indicado, mediante vistoria prévia, para efeitos de:

Identificação do imóvel

Local _____

Descrição das anomalias mais significativas

Meios de notificação

☐ Autorizo o envio de eventuais notificações decorrentes desta comunicação para o seguinte endereço eletrónico

E-mail _____

Pede deferimento

Lisboa, _____

Legislação aplicável:

- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro)
- Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas (Aviso nº 11983/2009, publicado no Diário da República nº 129, 2ª série, de 7 de julho, alterado pelo Aviso nº 13293/2012, publicado no Diário da República nº 193, 2ª série, de 4 de outubro, alterado pela Declaração de retificação nº 596/2013, publicada no Diário da República nº 95, 2ª série, de 17 de maio)
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (Aviso nº 1229/2009, publicado no Diário da República nº 8, 2ª série, de 13 de janeiro, alterado pelo Aviso nº 5147/2013, publicado no Diário da República nº 74, de 16 de abril)
- Tabela de Taxas Municipais 2012 e Anexo II - Regime Transitório (publicados no 2º suplemento do Boletim Municipal nº 937, de 02 de Fevereiro de 2012)